

INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ALUNADO SOBRE A ACESSIBILIDADE DIGITAL: a face desigual do ensino remoto emergencial em Serviço Social

Nilma Angélica dos Santos¹

Nikson Daniel Souza da Silva²

RESUMO

Analisa os impactos das condições socioeconômicas de alunos do curso de Serviço Social de instituições públicas e particulares sobre sua acessibilidade e aprendizado durante o ensino remoto emergencial no biênio 2020/ 2021. Os dados foram extraídos do trabalho de conclusão de curso da Especialização em Docência do Ensino Superior (CEMES) da autora principal. O artigo em questão debruça-se sobre as experiências e percepções de professores acerca da qualidade da aprendizagem de seus alunos em meio à pandemia de COVID-19. As principais categorias eleitas para esta análise foram: distanciamento, tecnologia, condições socioeconômicas e alienação. Para dar conta da abordagem de aspectos objetivos e subjetivos optou-se pela utilização de uma metodologia materialista-histórica-dialética, pois acredita-se que esta permite compreender a totalidade de aspectos tão diversos e contraditórios.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial; Acessibilidade; Desigualdade Socioeconômica.

ABSTRACT

It analyzes the impacts of the socioeconomic conditions of students of the Social Service course at public and private institutions on their accessibility and learning during emergency remote teaching in the 2020/2021 biennium. Superior (CEMES) of the main author. The article in question focuses on the experiences and perceptions of teachers about the quality of their students' learning in the midst of the COVID-19 pandemic. The main categories chosen for this analysis were: distance, technology, socioeconomic conditions and alienation. To deal with the approach of objective and subjective aspects, it was decided to use a materialist-historical-dialectic methodology, as it is believed that this allows understanding the totality of such diverse and contradictory aspects.

Keywords: Emergency Remote Teaching; Accessibility; Socioeconomic Inequality.

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Especialista em Docência do Ensino Superior (CEMES/ UFMA); Mestre em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA); nilma.angelica@discente.ufma.br.

² Chefe da ASPLAN/ FUNAC. Mestrando em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA).

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O novo coronavírus (denominado SARS-CoV-2), causador da COVID-19 foi detectado em 31 de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Em 9 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a existência de uma pandemia de COVID-19 que se espalhava rapidamente por todos os continentes e se mostrava resistente à maioria dos tratamentos existentes para infecções respiratórias. Dá-se início, então, a uma corrida contra o tempo para estabelecer normas sanitárias de prevenção, readaptação dos trabalhos e modos de vida e novas maneiras de sociabilidade que pudessem dar conta, mesmo que emergencialmente, da continuidade da vida social. A esse contexto de mudanças na sociabilidade impostas pelo vírus foi dado o nome de “novo normal”.

O contexto pandêmico desvelou-se desde o início de 2020 como um cenário de calamidade com a rápida escalada do número de mortes, principalmente de pessoas da terceira idade. Para além das consequências sanitárias desastrosas, houve também o aumento do desemprego, a falência de negócios e pequenas empresas, aumento da violência doméstica, perda de moradias e precarização de políticas sociais e serviços públicos essenciais.

A educação foi um dos aspectos mais afetados pela pandemia. Devido ao seu caráter de direito fundamental e indispensável, as aulas precisaram continuar de forma remota. Conforme recomendação da própria OMS (Organização Mundial da Saúde), em maio de 2020, as instituições de ensino deveriam aderir ao fechamento temporário nas localidades em que a situação sanitária estivesse fora de controle, instituindo, também, formas virtualizadas de ensino.

A necessidade de se implementar o ensino remoto, entretanto, não levou em consideração as enormes diferenças regionais, tecnológicas, sociais e pedagógicas que permeiam sociedades complexas e diversas como o Brasil. O ERE acabou por tornar-se um aguçador de desigualdades já existentes. Problemáticas ligadas à

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



infraestrutura e acessibilidade vieram à tona e mostraram o quanto instituições de ensino e governos ainda não estão preparados para a aplicação das TIC's (tecnologias da informação) à educação.

No tocante à formação em Serviço Social, particularmente, esta propõe um processo de ensino/ aprendizagem reflexivo, crítico que preze pela valorização do aprofundamento teórico e contato com a prática – representada pela dimensão investigativa, o estágio e a pesquisa. Uma precarização desse processo, como aconteceu durante a pandemia, implica na possibilidade de um esvaziamento da formação, um descolamento dos objetivos didáticos e o distanciamento entre a teoria transmitida pelo professor e sua associação à realidade vivida pelo aluno. Tal precarização se deu não apenas pelo distanciamento inerente ao ERE, mas pelo contexto geral de precarização das condições de vida dos estudantes, afetados pelo desemprego, diminuição da renda e sobrecarga de tarefas acadêmicas e domésticas.

Dessa forma, o objetivo deste texto apresentar uma análise dos impactos da pandemia de COVID-19 e, conseqüentemente, do ensino remoto emergencial, sobre a qualidade da acessibilidade de alunos do curso de Serviço Social. Para tanto, valeu-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica, focando em aspectos qualitativos das falas de professores que vivenciaram esse momento. O período abordado na pesquisa é o biênio 2020/ 2021, quando houve a decretação do ERE (ensino remoto emergencial) pelo Governo Federal através da portaria nº 343 de 17 de março de 2020.

Foi aplicada entrevista semiestruturada com docentes de uma universidade pública e uma particular (4 professores, sendo 2 de particular e 2 de pública), no sentido de trazer à tona aspectos relacionados à percepção desses sujeitos sobre a importância e necessidade do ensino remoto naquele dado momento, qualidade do ensino e aprendizagem, acessibilidade, relação interpessoal entre alunos e professores e conteúdos e disciplinas mais impactados positivamente e negativamente por essa forma de ensino.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2 ENSINO SUPERIOR E PANDEMIA NO BRASIL: desigualdades e conflitos de interesses

O ensino superior no Brasil se constituiu enquanto uma política pública disputada por dois projetos societários que representam diferentes interesses de classe ao longo da história do país. Antes de compreendermos como a educação é instrumentalizada por diferentes grupos para que atenda a seus interesses específicos, se faz necessário apreender o significado mais amplo da educação, sua importância para a constituição dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade, além de compreender, também, seu processo histórico e os principais fatos que a levaram a ter o formato que hoje se conhece.

A educação está relacionada com todos os aspectos da vida humana. O processo de aprendizagem é contínuo durante toda a vida, não se resumindo à transmissão sistemática de conhecimento e, penetrando todos os espaços de convivência social. A família, por ser o primeiro ciclo social do qual fazemos parte, é a responsável pelo início do processo educacional, transmitindo os valores e princípios de sociabilidade básicos. Posteriormente a escola, a universidade e demais espaços de formação acadêmica irão complementar a educação familiar e acrescentar saberes técnicos e científicos. Ademais, pode-se citar outros fatores que contribuirão nesse processo, como: círculos e redes sociais, ambiente de trabalho, religião, arte, acontecimentos cotidianos, etc.

De acordo com Pedro Demo (2007), educação é um conceito que precisa ser compreendido para além do conhecimento forma, instrumental e metodológico. Para o autor educação envolve tanto os aspectos tradicionais da transmissão sistemática do conhecimento quanto aspectos políticos:

Educação é o suporte essencial, porque, no lado formal, instrumenta a pessoa com a habilidade crucial de manejar a arma mais potente de combate que é o conhecimento e, no lado político, alimenta a cidadania (DEMO, 2007. p. 47).

O autor reforça a ideia de educação como pilar da cidadania, condição sem a qual não há democracia, liberdade e participação social efetiva. Uma sociedade onde

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o acesso à educação é universalizado de fato e esta tem como objetivo, também, a formação política de seus indivíduos, é uma sociedade fortalecida em suas bases, com condições de elaborar um projeto de futuro emancipador e libertador.

Já Paulo Freire (2001, p.10), por sua vez, define educação como

(...) processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, [...] é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. (FREIRE, 2010. p. 10).

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2006, p.61) diz que a educação é, "(...) uma experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo". Ou seja, para Freire, a educação é algo inerente ao ser humano, se manifestando não apenas naquilo que ele aprende e transmite em termos de conhecimentos e saberes, mas na forma como esta enxerga o mundo, estabelece suas relações, pontos de vista, sonhos, modos de se relacionar e sobreviver – além de ser a base da produção e reprodução de sua cultura.

Já A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação enquanto uma política pública universal em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Art. 205).

Ou seja, educação não se resume ao processo de aprendizagem em sala de aula, sendo para além disso: a reprodução dos modos de vida social, ou seja, a educação faz parte da cultura e costumes dos indivíduos e das populações; a reprodução dos contextos sociais, o que significa que as classes e grupos sociais reproduzem seus estilos e modos de sobrevivência através da educação; as formas de apreensão do real, ou seja, a educação influencia na forma como o sujeito enxerga e assimila o mundo ao seu redor; formas de se aprender um conjunto de habilidades técnicas; formas de produção e de socialização do conhecimento científico.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A educação é influenciada pelas lutas, contradições e desafios impostos pela realidade de cada época e de cada lugar, da mesma forma ela influencia movimentos de transformação na sociedade e ajuda na construção de novas formas de se fazer política, economia, cultura, arte, lazer, relações sociais. A escola e a universidade são instituições historicamente determinadas pela necessidade humana de realização de suas necessidades materiais espirituais.

A distinção entre educação superior vista como a prática do ensino enquanto um ato rotineiro e reprodutor de conhecimento e o ensino superior percebido enquanto prática política emancipatória precisa ser exposta para que possamos elaborar estratégias de libertação de uma ordem mercadológica e conservadora que pretende limitar a educação como um mero instrumento de ascensão social e/ou manutenção de uma ordem social classista, racista e fundamentada prioritariamente nos valores e princípios do norte global.

Tal ordem é fruto e reflexo do modo de produção capitalista, que visa instrumentalizar todas as formas de expressão e produção de conhecimento para produzir o acúmulo de riquezas de uma determinada classe hegemônica. Nesse sentido, o saber fica restrito à sua utilidade técnica e à capacidade de gerar novas mercadorias – ou de ser ele mesmo mercantilizado. Entretanto, é no neoliberalismo que esse caráter utilitarista do ensino se aprofunda. A maior oferta de informação, de comunicação através das redes, e de tecnologias de forma acelerada – e quase que irresistível – tende a gerar a falsa impressão de que o futuro precisa ser urgentemente acessado, ocultando a importância de se pensar sobre as necessidades urgentes e fundamentais do agora.

A estratégia de desmonte da política de educação que contribuiu para que se instaurasse de maneira compulsória o ensino remoto sem que se levassem em conta as imensas contradições de classe, raça, renda, região e acesso à tecnologias da informação e comunicação do cenário socioeconômico brasileiro passa pela propagação da ideia de que a universidade pública é ineficiente, precária, desorganizada e incapaz de preparar o estudante para o mercado de trabalho e que,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nesse sentido, a universidade privada aliada por seguir a lógica da eficiência baseada racionalidade instrumental que oferece a entrega de uma formação com menos “excessos teóricos”, menos exigências pedagógicas “desnecessárias” e menor necessidade de interação presencial entre professor/ tutor e aluno.

O Estado, nesse contexto, precisa ser chamado ao debate, precisa ser responsabilizado e não colocado como coadjuvante do mercado educacional, como se não tivesse responsabilidade na precarização do ensino superior e na expansão das modalidades remotas de ensino. A vinculação de classe entre o Estado e parcelas da burguesia evidenciam-se nos lucros e na fetichização do diploma, em uma sociedade ainda tão marcada pela dificuldade de acesso ao ensino superior e pelo colonialismo intelectual. O ensino remoto emergencial e a turbulência política vivenciada durante o governo Jair Messias Bolsonaro reforçaram essas determinações.

3. O GOVERNO BOLSONARO E O DESMONTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Para compreendermos como a política pública de educação - principalmente no tocante ao ensino superior - foi afetada em seus aspectos técnicos, pedagógicos, políticos, sociais e éticos é necessário fazer um resgate do trato político dado pelo então Governo Bolsonaro à educação durante o período pandêmico, a partir de fevereiro de 2020 quando a pandemia passa a ser objeto de maior atenção da ciência e da sociedade brasileira.

Os primeiros três meses do governo Bolsonaro (2019) foram marcados pela iniciativa de desconstrução do papel e do tamanho da Universidade diante da sociedade brasileira. O então ministro Vélz Rodrigues decidiu, dentre outras medidas, pela não obrigatoriedade de referências bibliográficas nos livros didáticos e por retirar temas ligados à defesa da diversidade étnica, cultural e de combate à violência de gênero do currículo escolar. Medidas estas que não prosperaram. Além

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



do mais, capitaneou a ideia de que o ensino superior deveria estar restrito a uma elite intelectual e científica enquanto que a classe trabalhadora deveria ser contemplada pelo ensino técnico, fato esse que apenas expressa o elitismo intrínseco de uma parcela da sociedade que não vê a educação como mediação para a cidadania senão como privilégio de poucos.

A partir de abril de 2019 Abraham Weintraub é nomeado ministro da Educação. Sua gestão é marcada já desde o início pelo corte de verbas do ensino superior e a agressiva tentativa de desmonte da ciência brasileira, processo esse agravado pela pandemia e a decretação da Portaria nº 343 de 17 de março de 2020 que autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação remotos:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

De forma repentina, sem planejamento e preparação, instituições de ensino superior e profissionais da educação se viram na necessidade de adentrar o mundo das transmissões via plataformas digitais e redes sociais, além de serem obrigados a adquirir e utilizar dispositivos de comunicação como microfones, webcams, câmeras, computadores mais modernos e celulares que pudessem corresponder às novas necessidades didáticas impostas pelo momento.

A maior problemática ligada a tal portaria é, sem dúvida, seu caráter imediatista e improvisador, que não levou em conta um diálogo prévio com as instituições e as necessidades específicas que alunos e professores possuem no processo de ensino/aprendizagem. A forma como foi estabelecida demonstra uma perspectiva do ente público acerca da educação enquanto um processo mecânico baseado na mera transmissão do conteúdo entre docente e discente, não interessando a forma como essa mediação irá ocorrer ou sequer as condições de acessibilidade possuídas por cada um nessa relação.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Deixar ao cargo de cada instituição a escolha sobre quais disciplinas seriam ministradas e a responsabilidade por prover as ferramentas de acessibilidade colocou em condições extremamente vulneráveis o ensino superior no Brasil, dado que não se considerou o imenso abismo entre a infraestrutura de IES's de regiões mais abastadas e de regiões periféricas, bem como a fragilidade curricular existente em muitas IES's particulares, a desigualdade de renda entre estudantes de diferentes cursos e instituições, além de questões mais transversais como o impacto que a pandemia e o isolamento, já naquele momento inicial, exercia sobre a população feminina, negra e de baixa renda – impacto esse agravado pelo aumento do desemprego e da diminuição da renda dessa camada populacional.

Para se ter uma ideia do abismo tecnológico no Brasil, dados de 2018 do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) revelam que apenas 66% dos domicílios de renda familiar entre 1 a 2 salários-mínimos possuem acesso à internet. Em lares com até 1 salário mínimo a porcentagem é de 47%. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019) afirma que somente 35,9% dos estudantes de universidades federais têm renda familiar de até 2 salários mínimos.

No Maranhão a problemática da acessibilidade assume contornos mais graves. Até 2019 o Maranhão possuía o segundo menor percentual de domicílios com acesso à internet, com apenas 67,4% dos lares maranhenses tendo o serviço (IBGE, 2021). O equipamento mais utilizado é o celular (99,8% dos maranhenses com internet em casa possuem o telefone móvel como principal meio de acesso); apenas 23,5% possuem tablets e computadores. Assim, percebe-se o quanto estudantes pertencentes a famílias de baixa renda – principalmente no interior do estado – foram prejudicados pela imposição do ensino remoto da forma como foi implantado – problemática que adiante será caracterizada com mais profundidade.

Além da Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, foi reaproveitada a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 que defende o aumento da oferta de carga

PROMOÇÃO



APOIO

horária à distância para 40% em cursos de graduação presenciais ofertados por IES's do sistema federal de ensino:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior --IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.

[...]

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso. (BRASIL, 2019).

Ambas as portarias aprofundam a implantação do ensino remoto e o consequente aprofundamento da hibridização desregulamentada do ensino superior.

4. IPACTOS DA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA SOBRE A APRENDIZAGEM: analisando relatos docentes

Partiremos agora para a análise dos aspectos materiais e subjetivos que perpassam os sujeitos que vivenciaram o ensino remoto em Serviço Social. Ressalta-se que a abordagem centrada na fala de professores e não de alunos se deve à limitações metodológicas encontradas no processo de pesquisa.

O curso de Serviço Social compõe-se em sua maioria, por alunos de baixa renda e do sexo feminino. Os professores entrevistados reconhecem esse perfil do alunado e demonstram uma compreensão das dificuldades materiais enfrentadas pelos alunos. Os entrevistados foram identificados com as letras "A", "B", "C" e "D" de acordo com a ordem cronológica das entrevistas³. Vejamos a seguir como cada um expõe sua visão sobre o tema.

O professor "B" (particular) fala sobre a necessidade que muitos alunos têm de dividir a rotina de estudos com o trabalho:

Majoritariamente são alunos que trabalham, que têm que conciliar a atividade laboral com a atividade acadêmica. Então, são alunos que encerraram já há algum tempo o Ensino Médio e agora estão retomando com expectativas de fazer uma graduação de nível superior. Acho que a média é uma renda de

³ As entrevistas foram feitas entre novembro e dezembro de 2022.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



um a dois salários mínimos, por aí. Além de serem de baixa renda são das zonas rurais de municípios pouco urbanizados. (Entrevistado B. 26/11/22).

Outro dado obtido através da fala acima é o de que há uma grande parcela de alunos composta por pessoas que concluíram o Ensino Médio há alguns anos e agora decidem retornar para a sala de aula. Esse dado é notório não apenas no Serviço Social, mas em diversos cursos do Ensino Superior privado. No contexto do ensino público também houve a percepção de que a vulnerabilidade social do alunado interferiu na aprendizagem. A professora “A” (público) demonstra a partir de seu relato a tentativa de se “aproximar” dessa problemática através da compreensão do momento difícil enfrentado pelos/as alunos/as:

E por mais que a gente se esforçasse, tínhamos que em algum momento compreender que se nós tínhamos um espaço privativo que nos permitia dar aula, muitas vezes o aluno não tinha. Eram casas que não tinham divisórias, tive aluno assistindo aula no quintal da casa, no meio fio da rua, no hospital porque tinha que acompanhar o pai ou a mãe, era o único acompanhante que esse familiar tinha. Não dava pra encarar como uma normalidade. Foi uma excepcionalidade bastante dolorida. Eu penso que pros professores e pros nossos discentes. (Entrevistada A. 26/11/22).

A entrevistada ressalta a necessidade de que não se normalize a precariedade socioeconômica dos alunos, ou que se inclua no escopo do “novo normal” alunos assistindo aula em calçadas, meio-fios, hospitais e quintais seja porque não possuem espaço adequado e salubre, acessibilidade de conexão com a internet ou porque precisam estar acompanhando seus entes hospitalizados.

O impacto negativo do fator socioeconômico se deu também quanto à evasão de alunos/as:

Houve um esvaziamento no curso de forma geral, na minha turma em particular não. Observamos que muitas alunas que eram laristas e moravam na universidade tiveram que voltar pro interior e depois quando voltamos pro presencial (maio de 2022) elas não conseguiam ficar em São Luís - não tinham trabalho, as bolsas ficaram comprometidas, o número foi reduzido, o lar universitário não conseguiu mais abrigar o mesmo número de alunas. Tudo isso impactou a Universidade como um todo. Outro ponto foi a alta do desemprego dos familiares que levou as alunas para a informalidade ou para o mercado de trabalho formal. (Entrevistada A. 26/11/22).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A impossibilidade de voltar à sala de aula após o retorno do ensino presencial foi sentido pelos/as alunos/as que moram no interior e residem temporariamente na Residência Universitária. Os/as estudantes não conseguiram manter-se na capital devido à diminuição dos rendimentos, fruto do desemprego que atingiu a muitos deles e ao comprometimento dos valores das bolsas após sucessivos cortes de financiamento do Ensino Superior público no Brasil como um todo.

O impacto socioeconômico na aprendizagem foi sentido em ambas modalidades de ensino. A desigualdade de apreensão é visível entre os/as alunos/as que puderam contar com um melhor acesso a meios tecnológicos durante as aulas remotas e os que não dispuseram da mesma qualidade de acesso:

Diria que ainda estamos retornando e se readaptando com muitas dificuldades. As alunas que têm acesso a meios tecnológicos se sobressaem. No geral as alunas seguem com uma participação razoável. O retorno para o presencial demonstrou que as disciplinas despertam mais interesse. (Entrevistada A. 26/11/22).

O retorno às aulas presenciais, segundo a docente “A” impactou positivamente o interesse dos/as alunos/as nas disciplinas - o que reitera a ideia de que o distanciamento desestimula o aluno e dificulta a concentração, e que as estratégias virtuais de ensino, por mais sofisticadas que possam ser não substituem a efetividade da aula presencial em contribuir com um processo de aprendizagem mais efetivo.

No Ensino Superior particular o professor “B” descreve a qualidade de acessibilidade da maioria de seus alunos como “precária”:

A maioria assiste às aulas pelo celular, então isso acaba gerando uma debilidade por que não conseguem fazer uma interação no chat ou a internet acaba não sendo de qualidade - trava, há casos de alunos de determinados locais da zona rural que têm que se deslocar até determinado local pra poder pegar sinal de uma antena rural pra poder participar; não têm espaços adequados pra poder se concentrar na aula - hora ou outra são interrompidos pelas pessoas que estão ali na casa, não conseguem ter um nível de concentração que favoreçam o processo de aprendizagem. (Entrevistado B. 26/11/22).

Assistir a aulas de mais de uma hora pelo celular, sem contar com uma conectividade adequada, é frustrante para o estudante que tenta acompanhar a disciplina e para o professor que muitas vezes não se sente compreendido. O

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



aprendizado se superficializa e aprofunda o ciclo do “fingir ensinar e fingir aprender”. Sobre esse ciclo de “fingimento” a professora “D” (particular) relata que ele se reforça durante o processo avaliativo:

Em alguns momentos há a sensação de que o aluno não está aprendendo e de que nós não estamos ensinando o suficiente. A sensação de que o processo de ensino não é de fato profundo se dá principalmente na hora da avaliação. Pelo menos na nossa faculdade, a avaliação estava se dando pelo Google forms que é uma plataforma onde você posta perguntas. Podem ser perguntas de respostas longas ou curtas ou simplesmente de marcar. A orientação que recebíamos era para fazer provas com quatro questões objetivas e duas discursivas. É claro que o aluno, se puder, irá pesquisar a resposta na internet. Pouquíssimos alunos tiravam notas baixas, até mesmo aqueles que pouco compareciam às transmissões. (Entrevistada D. 01/12/22).

Não se pode, entretanto, culpabilizar a precariedade do aprendizado somente no “fingimento” e na falta de interesses dos alunos. Muitos conseguem acessar somente metade das aulas por falta de dados móveis e wi-fi, além de não terem tanta facilidade de adquirir livros físicos que facilitem a aprendizagem – principalmente na zona rural de municípios distantes da capital.

A análise das condições de ensino e aprendizagem a partir desses recortes nos permite adquirir uma compreensão mais ampla de uma série de contradições sociais já existentes no Ensino Superior e que foram aprofundadas pelo ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19.

5. CONCLUSÃO

Encarar as complexidades, oportunidades e limitações do ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 nos obriga a refletir sobre a importância da relação professor e aluno, da proximidade, convivência e troca oportunizadas pelo convívio acadêmico. Nos impele também ao esforço de sempre trazer à sala de aula a reflexão sobre a influência da precarização dos modos de vida de alunos e professores no acesso à educação. Acesso este que foi profundamente afetado pela desigualdade social se evidencia, nesse momento, de forma mais clara.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Uma enorme parcela dos estudantes brasileiros e maranhenses não possui acesso frequente e de qualidade, bem como pleno domínio sobre recursos tecnológicos necessários ao seu aprendizado. O dilema entre a imposição em dar continuidade ao calendário acadêmico e a falsa dicotomia entre educação e saúde, apresentam-se como faces da mesma sociedade que tem dificuldades de articular o conhecimento, a ciência e a economia à necessidade de emancipação humana.

A partir dos relatos e observações empíricas considera-se que carece ao ERE um debate amplo, que focasse nos aspectos econômicos de estudantes e professores, buscando saber se esses indivíduos possuíam condições de acessibilidade ou não a equipamentos; se possuíam ou não ambientes adequados de estudo e trabalho; se sentiam-se contemplados nos aspectos pedagógicos do ERE. A forma acelerada como foi implementado deixou escapar questões cruciais, como a diferença condições de estudo e trabalho existentes entre homens e mulheres.

O ensino remoto emergencial possui também sua face desumanizadora, não só pelo distanciamento que esvazia o sentido de presença na sala de aula virtual, mas pelos inúmeros efeitos colaterais que impõe aos sujeitos que se depararam com ele em um momento de crise social, humanitária e política.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019. 302p. Disponível em <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduan-dos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em 21 de junho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.** Diário Oficial da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acessado em 03 de maio de 2020.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em 21 de junho de 2023.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018.** Disponível em <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** 11ª ed. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

PROMOÇÃO



APOIO

